

ENSAIO ACERCA DA DESCOLONIALIDADE DO SUJEITO DE CONHECIMENTO MODERNO ATRAVÉS DAS CATEGORIAS GEOGRÁFICAS DE LUGAR E TERRITÓRIO

Eduardo Ferraz **Franco**¹, Eguimar Felício **Chaveiro**²

(1 – Universidade Federal de Jataí, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, eferrazfranco@discente.ufg.br, <https://orcid.org/0000-0002-5637-9342>; 2 - Universidade Federal de Goiás, Professor do Instituto de Estudos Socioambientais, eguimar@ufg.br, <https://orcid.org/0000-0001-8608-2278>)

Resumo: Na filosofia e nas ciências modernas o sujeito do conhecimento é neutro, não está no mundo concreto, não tem lugar. Geografizar o sujeito de conhecimento, revelar seu lugar de enunciação e posicionamento territorial é um movimento que destrona a suposta neutralidade e revela o eurocentrismo inerente aos saberes hegemônicos. Descolonizar o sujeito de conhecimento a partir de categorias geográficas possibilita a compreensão dos processos emergindo da concretude, dos exemplos dos lugares, que revelam sobre si e sobre o todo. Se cada lugar possibilita perspectivas singulares, o saber emana de múltiplas fontes e o intelectual precisa ser consciente da sua limitação perante a infinidade epistêmica, para permitir a ecologia dos saberes. Este ensaio busca traçar um panorama do processo de descolonialidade dos sujeitos de conhecimento e relacioná-lo às categorias geográficas de Lugar e Território.

Palavras-chave: Epistemologias do sul. Método. Pressupostos.

ESSAY ABOUT THE DECOLONIALITY OF THE MODERN SUBJECT OF KNOWLEDGE THROUGH GEOGRAPHICAL CATEGORIES OF PLACE AND TERRITORY

Abstract: In philosophy and in modern sciences, the subject of knowledge is neutral, it is not in the concrete world, it has no place. Geographizing the subject of knowledge, revealing its

place of enunciation and territorial positioning is a movement that overthrows the supposed neutrality and reveals the eurocentrism inherent to hegemonic knowledge. Decolonizing the subject of knowledge from geographic categories enables the understanding of processes emerging from concreteness, from examples of places, which reveal about themselves and about the whole. If each place allows for singular perspectives, knowledge emanates from multiple sources and the intellectual needs to be aware of their limitations in the face of epistemic infinity, to allow for the ecology of knowledge. This essay seeks to draw an overview of the process of decoloniality of subjects of knowledge and relate it to the geographical categories of Place and Territory.

Keywords: Southern epistemologies. Method. Assumptions.

ENSAYO SOBRE LA DESCOLONIALIDAD DEL SUJETO DEL CONOCIMIENTO MODERNO A TRAVÉS DE LAS CATEGORÍAS GEOGRÁFICAS DE LUGAR Y TERRITORIO

Resumen: Em la filosofía y en las ciencias modernas, el sujeto del conocimiento es neutral, no está en el mundo concreto no tiene lugar. Geografiar el sujeto del conocimiento, revelar su lugar de enunciación y posicionamiento territorial es un movimiento que derroca la supuesta neutralidad y revela el eurocentrismo inherente a los conocimientos hegemónicos. La descolonización del sujeto de conocimiento a partir de categorías geográficas permite comprender procesos que emergen de la concreta, de ejemplos de lugares, que revelan sobre sí mismos y sobre el todo. Si cada lugar permite perspectivas singulares, el conocimiento emana de múltiples fuentes y el intelectual necesita ser consciente de sus limitaciones frente al infinito epistémico, para permitir la ecología del conocimiento. Este ensayo busca trazar un panorama del proceso de descolonialidad de los sujetos de conocimiento y relacionarlo con las categorías geográficas de Lugar y Territorio.

Palabras clave: Epistemologías del sur. Método. Presupuesto.

Introdução

Todo pensamento científico parte de pressupostos. O modo de se construir os conhecimentos, a maneira como um sujeito apreende o mundo, a possibilidade e o modo de ordenamento racional dos fenômenos, são partes do alicerce sobre o qual se funda qualquer conteúdo científico. *Grosso modo*, os pressupostos básicos para a ciência compõem o método científico. O método, por sua vez, tem como fundamento as discussões de epistemologia e teoria do conhecimento, áreas de saber da filosofia.

Se na ciência os métodos são pressupostos, mesmo que de maneira não consensual, pois há uma pluralidade de possibilidades metódicas; para as epistemologias e teorias do conhecimento nada é dado *a priori*, e a discussão filosófica sobre o Ser e o Conhecer, suas perfectibilidades, ou limitações, abarca toda gama de possibilidades. Entre os sistemas filosóficos, aqueles que servem de fundamento para métodos de investigação científica são selecionados por decisões, que servem a interesses históricos, (geo)políticos e econômicos, e são legitimados por cumprirem a intenção a que foram eleitos, recortados do mosaico da história da filosofia.

Conforme defende Agamben (2019, p. 104), na exposição acerca da teoria das assinaturas, o historiador não escolhe à toa ou de modo arbitrário seus documentos, “o objeto histórico nunca é dado de forma neutra, mas é sempre acompanhado por um índice ou por uma assinatura”. Quando se trata da filosofia, que “tem a ver não apenas e nem tanto com o que foi, mas com o que deveria e poderia ter sido” (AGAMBEN, 2019, p. 117), o caráter ideológico está presente de forma ainda mais veemente.

Santos (2014) alude sobre a necessidade de se refletir as metadisciplinas, de estabelecer as *démarches* de cada ramo do conhecimento científico. Em se tratando da ciência geográfica, este autor defende que se dedique estudos à Metageografia ou à Filosofia da Geografia, que são os fundamentos da disciplina e dos métodos utilizados para alcançar os conteúdos nesta área do saber. Há, de acordo com Santos, que se discutir os pressupostos.

De acordo com Deleuze e Guattari (1992), o pensamento está relacionado com a terra, o território e todas suas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização. Paralelo e complementar ao processo de dominação territorial da Europa que gerou o mundo ocidentalizado desde o século XVI, à expansão geopolítica europeia pelo mundo, processo que

Quijano (2013) denomina colonialidade do poder; houve e há um processo de homogeneização das epistemologias, dos modos como os sujeitos compreendem e interpretam o mundo, conceitualizado por Lander (2005) como colonialidade do saber, e por Santos (2013a) como epistemicídio, ou advento de um pensamento abissal. Colonialidades do poder e do saber, articuladas com colonialidades do gênero (LUGONES, 2014), atuam em sujeitos e territórios submetidos a processos de colonização, gerando as colonialidades dos seres (MALDONADO-TORRES, 2013). O processo de homogeneização do saber, a racionalização dos espaços, em confronto com as resistências locais a esse processo que destrói a endogenia, suas contraracionalidades, geram as especificidades espaciais, que são construídos por saberes híbridos que negociam a assimilação da colonialidade sem abrir mão da conservação dos saberes e culturas populares. Desse processo surgem as modalidades de diferenciação dos Lugares, segundo Santos (2014).

Uma decorrência da colonialidade do saber é que sujeitos e territórios não detentores das técnicas e culturas hegemônicas são subalternizados e qualificados como inferiores em uma hierarquia imposta pelos inventores e detentores do poder de classificação. Os colonizados, sejam eles sujeitos ou territórios, só ascendem na hierarquia se abrem mão dos seus saberes originários e adotam os hegemônicos, se tornando, no máximo, uma caricatura do dominador. Em paralelo com a redução da biodiversidade que a modernidade impõe através da monocultura agroindustrial, a monocultura do saber homogeneiza comportamentos, gostos, comportamentos e culturas.

As assimetrias entre colonizadores e colonizados aparecem em escala global pela diferença do controle e acesso da ciência e tecnologia entre o sul e o norte global. Em todas as escalas a distância ou proximidade com a cultura dominante se reproduz em diversas hierarquizações, gerando problemas como o racismo, a xenofobia, a homofobia, a misoginia, etc. Discutir a Colonialidade do saber e os percursos necessários para a descolonização são fundamentais para a evolução cultural do sul global, para o aproveitamento de suas potencialidades em benefício de seu próprio povo, ao invés da sustentação e perpetuação das assimetrias, como têm ocorrido no modelo atual.

Este artigo tem como enfoque central contribuir para os estudos acerca da epistemologia da Geografia, pressupondo, com ou a partir de Deleuze e Guattari (1992), Maldonado Torres (2013) e Agamben (2019), que o pensamento possui uma forte relação com o seu território de

origem. As categorias Espaço, Geopolítica, Território e Lugar contribuem para esta compreensão. Uma geografização das filosofias e ciências humanas se faz necessária para a descolonização dos seus sujeitos do conhecimento. As reflexões que pretendemos expressar são enraizadas, territorializadas, e possuem lugar de enunciação. São elaboradas a partir do interior do Cerrado goiano, Brasil, América do Sul, ou *Abya Yala* – como preferem os que recusam a colonialidade do saber (PORTO-GONÇALVES, 2009), portanto, em uma posição geopolítica periférica.

1.0 Lugar de enunciação

Todo pensamento emerge a partir de uma perspectiva, uma posição, uma localização. Importante é contextualizar o lugar de onde parte a reflexão. Este estudo, apesar de teórico e aparentemente pouco empírico, emerge de uma atmosfera biográfica que influencia em sua concepção. Os pensamentos são enunciados a partir da organização de ideias de um sujeito de conhecimento com lugar de enunciação no sudoeste goiano. Para além das regiões políticas ou administrativas das instituições, considera-se, aqui, o que Rodrigues (2006) define como unidade geográfica e cultural (com delimitação fluida). A unidade geográfica do sudoeste goiano foi formada historicamente pela solidariedade local das horizontalidades (SANTOS, 2014), por particularidades na sua formação socioespacial, mas, com o avançar da globalização, é mantida mais como uma unidade produtiva controlada pela solidariedade vertical, embora conserve traços que diferenciam esse lugar por suas particularidades históricas e sua paisagem cultural característica.

A discussão na geografia acerca das marcas do colonialismo, do neocolonialismo e das colonialidades em Goiás, em particular no Sudoeste, foi iniciada por Gomes (1994), e desde então vem avançando e ganhando novas nuances. Trabalhos de Chaveiro (2019; 2020) discutem as colonialidades do saber no contexto do Cerrado, discussão para a qual o presente ensaio pretende contribuir. Um esboço de estudo acerca do avanço das colonialidades do poder em Goiás está publicado em Franco *et al.* (2020). O centro-oeste brasileiro possui particularidades muito importantes dentro do processo de globalização e homogeneização através da colonialidade; o sudoeste goiano, uma região piloto no processo de tecnização da agricultura para exportação, a partir de projetos desenvolvimentistas direcionados ao Cerrado, consolidados a partir da década de 1970, é um exemplar notório. Pesquisas tendo essa região

em abordagem territorial ou com enfoque no lugar, revelam o paradigma da totalidade, e fornecem contribuições únicas e de extrema relevância.

Do ponto de vista territorial, e de uma geopolítica global, o sudoeste goiano foi invadido e colonizado pela elite portuguesa em sistema de extrativismo dos recursos que alimentou, em grande parte, o mercantilismo norte europeu. O extrativismo inclui a energia e o desperdício de saberes dos habitantes originários. No processo de globalização, ora em curso, a região tem seus elementos naturais reféns do capital estrangeiro, que despreza a biodiversidade endêmica e impõe a monocultura exógena, à custa da alteração do solo, da água, do relevo, do ar e das vidas locais, através de aditivos sintéticos, para aperfeiçoar a produção e exportação de bens primários de demanda internacional, as *comodities*.

2.0 Sobre o método

Estas reflexões se dão à modo de ensaio, sem a linearidade, unidade e universalidade pretendida por um tratado, ou qualquer escrito lógico-dedutivo. É paradoxal efetuar uma reflexão acerca das epistemologias tradicionais da ciência geográfica quanto à reprodução dos modelos europeus de pensamento pelo ocidente, já que o conteúdo da crítica é o próprio aparato cognitivo e a estruturação do pensamento científico. O amadurecimento filosófico e científico de sujeitos moldados pela colonialidade pode os levar a refletir sobre os processos a que estão submetidos. Mesmo que limitados às ferramentas a que foram treinados e que lhes foi permitido utilizar, questiona-se o caminho tomado e os interesses contemplados.

Esse movimento se propõe análogo ao de auto supressão da Vontade, enquanto coisa em si, descrito por Schopenhauer (2005) em sua crítica à racionalidade moderna ocidental. Para Schopenhauer, a Vontade, verdadeira coisa em si alheia à representação, contempla-se a si mesma sob a luz da razão, que nada mais é que um instrumento para sua satisfação, e, horrorizada com seu apetite insaciável, decide por negar-se. O sujeito colonizado volta o seu instrumento de investigação, o aparato intelectual forjado na colonialidade, sobre si mesmo, sua constituição epistemológica, para revelar suas contradições e se negar a contribuir com um progresso eurocêntrico que só amplia os abismos.

O paradoxo de se criticar a colonialidade do saber dentro de uma cultura moldada por esse processo, está refletido no delineamento do procedimento de investigação proposto neste

artigo, ao mesmo tempo em que se ensaia possibilidades de enfrentá-lo. A exposição, por mais que queira explicitar movimentos de análise e pensamento complexos e fluidos, apresenta sequelas de uma estrutura organizacional definida pelo pensamento dialético, que se dá em pelo menos três momentos ou marcos (FICHTE, 1991), como tese, antítese e síntese. A dialética moderna e os seus herdeiros, como o materialismo histórico dialético, possuem resquícios do pensamento científico que disseca, torna estático em estágios rígidos, que mata para compreender pelas partes, mesmo o pensamento vivo, em e acerca do movimento, do tipo que se propõe o estudo dialético.

Um procedimento que pode contribuir para amenizar as sequelas da modernidade eurocêntrica, é a remissão às raízes da dialética, antes da modernidade, que formalizou o pensamento através do sujeito de conhecimento neutro e universal. De acordo com a tradição filosófica e científica que remete à Heráclito de Éfeso (540 a.C.- 470 a.C), a dialética foi a maneira em que se racionalizou conceitualmente os constantes movimentos contraditórios da sociedade, da natureza e do pensamento. No presente ensaio pretendemos, em diálogo com Agamben (2019), resgatar a atualidade de procedimentos da dialética platônica. Importante é frisar que descolonizar epistemologias não se trata de uma crítica anti-europeia, o que se configuraria em fundamentalismo. O cânone europeu não deve ser descartado, mas a ele somado outras possibilidades interpretativas, frutos de outros lugares de enunciação.

A organização dialética do movimento do pensamento que se pretende operacionalizar para atingir outro nível de compreensão é uma expressão gráfica de um processo que pretende ser mais complexo e de uma multiplicidade de nuances que nem sempre pode ser racionalizada e explicada teoricamente, o que por si só demonstra limitações impostas pela colonialidade do saber.

Enquanto sujeitos colonizados que almejam descolonizar-se, há que se refletir o processo de colonialidade do saber, do qual, como partícipes da atmosfera biográfica (SOUZA, 2019), estamos imbuídos. A proposta é discutir a possibilidade de uma epistemologia que leve em conta o lugar de enunciação do sujeito da pesquisa, sua geografia e sua biografia (MIGNOLO, 2007), mas também sua história e formação psicológica; contribuindo para a *descolonialidade* do saber.

Ensaia-se, ao mesmo tempo, uma Filosofia da Geografia e uma Geografia da Filosofia. Pensar o sujeito que pensa a Geografia implica em localizá-lo, enquanto fruto de um solo

ideológico, a filosofia e ciência moderna. A carência de localização do sujeito do conhecimento moderno produz a colonialidade do saber e o eurocentrismo na epistemologia da Geografia. Categorias da Geografia, como o lugar e o território galgados na concretude dos movimentos sociais, contribuem para a descolonização do sujeito de conhecimento moderno. Geografizar a filosofia e as ciências é uma demanda de descolonização.

Para a elaboração do estudo crítico acerca das epistemologias em Geografia, é preciso confrontar literaturas artísticas, filosóficas e científicas, oralidades e corporeidades, de diversas áreas do saber. É necessário transitar por territórios híbridos, em que a homogeneização da episteme tradicional está contaminada por contra racionalidades, vias de acesso que possibilitam uma arqueologia dos saberes desperdiçados pela colonialidade. As categorias geográficas de espaço, geopolítica, território e lugar têm papel importante na crítica às colonialidades do saber, e tem muito a contribuir na descolonização não só da epistemologia geográfica, mas do sujeito de conhecimento científico e filosófico da modernidade (e da pós-modernidade que, perpetuadora das colonialidades, não amplia o cânone do saber para além dos europeus).

3.0 Pressupostos e epistemologia

Sobre os pressupostos nas ciências humanas, Agamben (2019) explica que eles não se constituem por meio de induções e deduções, ou seja, do estabelecimento de leis ou princípios gerais que necessitam ser assumidos para, a partir deles, emergir a análise. O conhecimento, nos saberes relativos às humanidades avança através de exemplos singulares para interpretação dos fenômenos singulares, por intermédio dos paradigmas. Os paradigmas são obtidos quando se destaca um fenômeno particular do sensível e suspende seu uso normal. Tal procedimento permite encontrar a inteligibilidade de que o fenômeno é portador e, que, isolada naquele exemplo concreto, permite a compreensão da realidade em diferentes espacialidades. Nos distintos lugares, compostos por paisagens e formações socioespaciais particulares, ocorrem paradigmas análogos, característicos de uma dada época.

Agamben remonta à definição dos procedimentos para se atingir conhecimentos elaborada por Platão, para argumentar que os saberes em ciências humanas emergem de exemplos particulares para interpretação de fatos particulares, sem a pressuposição de

princípios universais. O paradigma, em Platão, é um movimento de compreensão dentro da dialética, onde se articula a relação entre as ordens inteligível e sensível.

Na produção da ciência, diz Platão no livro VI da *República*, existem dois estágios ou momentos. O primeiro, que define o procedimento da geometria, do cálculo e “ciências desse gênero”, as pesquisas fundam-se em hipóteses, no sentido de que dados são pressupostos como princípios evidentes que não precisam ser explicados. O segundo estágio ou momento da produção científica, é o da dialética, que trata as hipóteses não como princípios, mas como “degraus e impulsos para chegar ao não pressuposto”, para “descer novamente até o final, mantendo-se ligado às coisas”, sem “se servir do sensível, mas das próprias ideias” (PLATÃO *apud* AGAMBEN, 2019, p. 33).

À primeira vista, um procedimento completamente idealista e que despreza a realidade concreta, mas, segundo Agamben (2019, p. 33-4), tratar os pressupostos como hipóteses diferentes dos princípios, concebê-los como paradigma, é partir da realidade concreta. O exemplo concreto, pressuposto como paradigma, “consiste em suspender e desativar sua datidade empírica para exibir apenas uma inteligibilidade”, a ideia, que emerge da própria realidade, não como princípio, mas como imanente. Desenvolver conhecimentos em ciências humanas, de acordo com esta perspectiva, parte de isolar exemplos do mundo da concretude para identificar o paradigma que os subjaz e, utilizando-o como hipótese, como pressuposto, interpretar o mundo e os seus fenômenos. “O não-hipotético, que a dialética acessa é aberto acima de tudo pelo uso paradigmático do sensível”.

Agamben sintetiza o método dos pressupostos enquanto paradigmas. O paradigma é analógico, não é indutivo e nem dedutivo; neutraliza a dicotomia entre o geral e o particular; o caso se torna paradigmático suspendendo e, simultaneamente, expondo seu pertencimento ao conjunto, não se separa da exemplaridade e singularidade; o conjunto paradigmático não é pressuposto, mas é imanente a eles; não tem uma *arché*, os fenômenos singulares são sua origem; a historicidade do paradigma não é diacrônica e nem sincrônica, mas está num cruzamento entre elas (AGAMBEN, 2019, p. 41).

Chaveiro (2020) discute a questão dos pressupostos nas ciências humanas, em particular na Geografia, em artigo em que oferece um panorama da relação entre método e ciência geográfica no Brasil desde o movimento de renovação crítica, a partir de 1978. Seu diagnóstico é o de que, desde o movimento de renovação, o debate e o rigor crítico quanto ao método

científico ganharam centralidade no Brasil. O método é, de acordo com este geógrafo, o que conecta a ciência com a filosofia. As discussões acerca das teorias filosóficas que fundamentam a modernidade, que oferecem interpretações acerca do modo em que se opera o conhecimento, receberam grande atenção por parte dos geógrafos brasileiros a partir do movimento de renovação. Questionamentos sobre “a relação entre razão e experiência, conceito e sensibilidade nutriam a necessidade de ler, não apenas Kant, mas Descartes, Hume e outros” (CHAVEIRO, 2020, p. 10).

O contexto político brasileiro, a luta contra a ditadura militar, pela redemocratização, contra os avanços da agenda neoliberal, e a influência de aportes teóricos críticos como David Harvey e Yves Lacoste, configuraram um debate acerca do método que clamava pela prática. A atuação do intelectual precisava ser engajada. De acordo com Chaveiro a concepção de método crítica que embasava a geografia no início do movimento de renovação foi o materialismo histórico dialético, fundamentado por Marx.

Com o passar dos anos, e as transformações de paradigma, há cada vez mais a fragmentação e diversificação nas concepções de métodos críticos, com geografias que discutem vertentes críticas, “libertárias, autonomistas e anarquistas; anarcomarxismo, decolonialidade, anticolonialidade, dialética histórica materialista, paradigma da diferença, da complexidade; identitarismo, Queer”, que dialogam com aportes fenomenológico-hermeneuticos e, às vezes com versões neopositivistas com “pequenas dissimulações críticas” (CHAVEIRO, 2020, p. 17). Reivindica-se, ainda, cada vez mais, o diálogo com outros saberes, de fora da academia.

Por múltiplo que possa ser o fundamento filosófico que embasa a crítica geográfica, ela parte de premissas, de “pedras angulares dos argumentos”, de “apoio filosófico do pensar” (CHAVEIRO, 2020, p. 14). Mas os pressupostos não podem ser abstrações filosóficas, metafísicas descoladas da prática. Não podem obstruir “a singularidade dos objetos e dos sujeitos” (CHAVEIRO, 2020, p. 13). O método de organização do pensamento pressupõe valores pessoais, comprometimentos com o mundo e sua transformação, e os pressupostos devem partir da singularidade e “do empírico vai-se ao abstrato que, no funcionamento do pensamento, vai se tornando empírico-concreto chegando à dimensão do concreto-pensado” (CHAVEIRO, 2020, p. 15). As premissas ou pressupostos emergem da realidade.

Chaveiro (2020) define o papel da epistemologia como pensar o pensamento. Sua proposta é a de que um pensamento que parte das premissas comprometidas com a prática, e com os contextos de cada lugar, é o de uma Razão sensível:

A razão sensível é essa que não se desata da consequência da vida. Ou seja: o aqui e agora da ação possui os dedos do mundo, por exemplo, do modo de produção, da acumulação, da força do mercado, da luta de classe, dos signos culturais, da circulação simbólica, do processo histórico contínuo de colonização – e de colonialidade, como se tem dito pela vertente dos pesquisadores desse grupo com grande força atual, os Decoloniais. Compreende-se: ela não se faz apenas nas instâncias discursivas onde o discurso acadêmico valida o sujeito do discurso numa legitimação do poder do que se fala – e ouve. Pretende ser uma luz para iluminar os passos na condição de um sujeito concreto do mundo, em todos os lugares, em todos os tempos (Chaveiro, 2019, p. 22).

A proposta epistemológica defendida por Chaveiro (2019; 2020) se aproxima, por sua reivindicação à concretude, das propostas compiladas por Santos e Meneses (2013) sob o título de *Epistemologias do sul*, que se contrapõem às epistemologias modernas que fundamentam as ciências tradicionais, baseadas em um sujeito de conhecimento neutro, universal e que não se enraíza no mundo. Tais propostas se contrapõem aos sujeitos de conhecimento que se supõem alheios ao campo de força e às disputas ideológicas dos territórios, ao mesmo tempo em que legitimam e reproduzem a conservação da configuração dos poderes hegemônicos. As epistemologias dos Sul, ao contrário, “reclamam o recuperar máximo das experiências de conhecimentos do mundo, alargando o espaço de produção de conhecimentos e de modos de pensar, instaurando a própria possibilidade de falar com — em vez de falar sobre — outros mundos e saberes” (Meneses, 2013, p. 210).

A perspectiva descolonial adquire *status* de um paradigma filosófico e científico a partir dos questionamentos e das críticas à suposta neutralidade quanto ao espaço e a posição geopolítica do sujeito de conhecimento moderno. Grosfoguel (2013) expõe a crítica com um experimento intelectual que caracteriza a parcialidade da posição neutra do sujeito cognoscente. Deslocar o *locus* da enunciação, transferindo-o do homem europeu para as mulheres indígenas das Américas, permite interpretar o fenômeno do colonialismo de modo muito mais profundo e abrangente. O que chegou às Américas nos finais do século XVI não foi apenas um sistema económico de capital e trabalho destinado à produção de mercadorias, como sugerem as posições hegemônicas, mas um ‘pacote’ muito mais complexo e enredado. O colonialismo promoveu a expansão dos valores do “homem

heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias” (GROSFOGUEL, 2013, p. 385).

Urge, para o desenvolvimento dos saberes, para que sejam possíveis outras interpretações filosóficas e científicas, ampliar os cânones. Descolonizar a epistemologia, combater a colonialidade do saber, “exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda)” (Grosfoguel, p. 380). De acordo com Maldonado-Torres (2013), a ênfase às categorias de espaço e relações geopolíticas enfraquecem a ideia de um sujeito epistêmico neutro, desvendando as nuances ideológicas e os micropoderes que atuam ocultos em tal neutralidade. De acordo com este filósofo, essas categorias põem a descoberto as formas como os filósofos tendem a afirmar as suas raízes numa região espiritual invariavelmente descrita em termos geopolíticos: a Europa. A ausência de reflexões sobre a geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento vai a par com a falta de reflexão crítica quanto ao empenhamento dos filósofos ocidentais com a Europa enquanto local epistêmico privilegiado (MALDONADO-TORRES, 2013, p. 328). No paradigma que se inaugura, passa a importar o *locus* ou lugar de enunciação do sujeito cognoscente.

4.0 Lugar e Território

A crítica ao lugar epistêmico europeu privilegiado na filosofia, coloca em ênfase a categoria de Lugar e sua relação com o Território, que merece ser elucidada. Para o geógrafo Eguimar Felício Chaveiro¹, o mundo é uma abstração que se torna concreto a partir dos lugares, que são suas modalidades de diferenciação, de tal modo que cada lugar é o mundo a sua maneira, tem a sua história, suas rugosidades, mas também é atravessado por variáveis externas. Lugar é determinado pelo movimento social, histórico, cultural, etc. que afirma a relação sociedade/natureza no local. Cada lugar possui suas variáveis internas e recebe influência das externas.

¹ A caracterização do Lugar na concepção de Chaveiro é uma paráfrase do artigo: *Tudo está: o movimento e o lugar* (2009), artigo não publicado.

Um Lugar pode se referir a uma variedade de escalas, a diferentes experiências ligadas às estruturas das identidades. Chaveiro relaciona o Lugar com movimento. O modo de produção ao se realizar pelas formações socioespaciais diferenciam os lugares. Desde a história local, a estrutura produtiva e técnica, o fator demográfico, a posição ou localização, o papel do sistema viário, os componentes naturais, a organização dos poderes instituídos e não instituídos, a ação da cultura e, especialmente, a trama do cotidiano traçado pela vida dos sujeitos, configura um lugar. História universal interconecta com histórias locais. Lugares encarnam esta interconexão. Recebe variáveis externas interferindo com variáveis internas. O Lugar, para Chaveiro, é um modo de representar o território a partir de uma posição. Tanto o Lugar, quanto o território, para Chaveiro (2020), devem estar atrelados ao concreto:

O que importa, mais que as nuances conceituais, é não evadir do concreto, ou seja, não desconsiderar este mundo feito com guerras, disputas; a desigualdade social, a fome, a drogadição, a violência, o envenenamento dos alimentos; o desmatamento, a extinção de espécies da fauna e da flora, a redução drástica da diversidade biológica; as doenças psíquicas advindas da exploração do trabalhador; a burocratização da vida social e, ao mesmo tempo, dispor-se a alegria de ler, interpretar, conviver (CHAVEIRO, 2019, p. 25).

Haesbaert (2021, p. 131), chama atenção para o detalhe de que a categoria Território, no contexto de descolonização da América Latina, tem uma conotação distinta do seu homônimo europeu, que define, *grosso modo*, as divisões territoriais oficiais. Território como uma categoria que emerge das lutas sociais é considerado, “como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais” que tornam o vínculo entre sociedade-natureza, “um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como interagentes que compõem esse próprio meio e cujo ‘bem-viver’ (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação”.

A elucidação destas considerações geográficas das categorias de Lugar e Território, possibilitam que o movimento de compreensão das singularidades pela singularidade, através dos paradigmas, conforme define Agamben (2019) a partir da dialética platônica, adquira dimensões espaciais. Cada lugar, com suas variáveis internas e interferências externas, se destacado como exemplo; cada recorte do mundo concreto; possibilita a elucidação dos paradigmas, das lógicas que o molda, da totalidade que retorna ao mundo concreto. Mas cada um dos infinitos lugares possíveis, possibilitam *locus* de enunciação distintos, quando estes são

assumidos por sujeitos comprometidos com uma razão sensível. Existem e devem ser valorizadas, portanto, infinitas possibilidades interpretativas para a totalidade, que advêm de todos os âmbitos sociais.

A abertura de horizonte de possibilidades cognitivas a partir da valorização da infinitude de lugares possíveis de enunciação permite confrontar a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. A monocultura da ciência, de acordo com Santos (2013b, p. 451), é uma “racionalidade indolente, que não reconhece e, por isso, desperdiça, muita da experiência social disponível ou possível no mundo”. É preciso, por parte dos intelectuais e pesquisadores herdeiros da cultura eurocêntrica (em seus lugares de enunciação os mais distintos), a atitude, perante a infinitude das possibilidades epistêmicas, adotada por Nicolau de Cusa (1401-1464), filósofo humanista que, por destoar do paradigma moderno, ficou em segundo plano na história da filosofia. Cusa defendia a humildade do ser humano perante a grandeza da infinitude, a doura ignorância. Tal humildade por parte dos intelectuais é fundamental para que se cultive uma ecologia de saberes. Reconhecer os limites epistêmicos das ciências e valorizar a ecologia de saberes, que flui de todos os lugares, eis a sabedoria da doura ignorância.

5.0 Uma síntese final

O ensaio que ora se encerra percorreu um itinerário amplo, percursos que necessitam ser atravessados sem pressa, a pé e no tempo lento, para que se possa descrever em detalhes. Dos assuntos que foram tratados com brevidade e que merecem atenção em estudos posteriores de aprofundamento e conexão, acerca da descolonização do sujeito do conhecimento e das epistemologias, elaborados a partir da concretude dos lugares de enunciação, pode-se sintetizar:

- Os Pressupostos que compõem o método científico têm como fundamento as discussões de epistemologia e teoria do conhecimento, da filosofia. A filosofia tem a ver com o que poderia ter sido, a seleção dos elementos que figuram na sua história está embebida de caráter ideológico. Há que se discutir as metadisciplinas, a Metageografia ou a Filosofia da Geografia.
- Colonialidades do poder e do saber, articuladas com colonialidades do gênero atuam em sujeitos e territórios submetidos a processos de colonização, gerando colonialidades dos seres. Porém, saberes híbridos, negociam a assimilação da colonialidade e a

conservação dos saberes e culturas populares. Tais saberes em tensionamento produzem a diferenciação dos Lugares.

- Categorias Território e Lugar contribuem para a geografização das filosofias e ciências humanas, valorizando os saberes híbridos locais.
- Produção de conhecimento possui lugar de enunciação. Este ensaio foi elaborado a partir da vivência do interior do Cerrado goiano. Concreto particular revela o paradigma da totalidade, e fornece contribuições únicas.
- Conhecimentos relativos às humanidades avançam através de exemplos singulares para interpretação dos fenômenos singulares, por intermédio dos paradigmas.
- Movimento de renovação aprofundou o debate e o rigor crítico quanto ao método no Brasil. O método é, o que conecta a ciência com a filosofia. A Geografia no início do movimento de renovação se orientava pelo materialismo histórico dialético, de Marx. Atualmente existem cada vez mais fragmentações nas concepções de métodos críticos.
- Método da concretude deve ser o da Razão sensível: possui os dedos do mundo. Análogo às epistemologias do sul, que se contrapõem às epistemologias neutras modernas.
- Para descolonizar os saberes há que considerar o lugar de enunciação do sujeito. Pensar se torna concreto a partir dos lugares; do território, do espaço vivido. Dialética platônica dos paradigmas, adquire dimensões espaciais. Cada recorte do mundo concreto possibilita a elucidação dos paradigmas, da totalidade que permite interpretar os processos da época.
- Multiplicidade de lugares de enunciação exige-se reconhecer os limites epistêmicos das ciências e valorizar a Ecologia de saberes, que flui de todos os lugares.

Referências

AGAMBEN, G. (2019) *Signatura rerum: sobre o método*. Tradução Andrea Santurbano e Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo.

CHAVEIRO, E. F. (2009) *Tudo está: o movimento e o lugar*. Inédito.

CHAVEIRO, E. F. (2019) *Por uma abordagem geográfica do Cerrado: a afirmação de um território, a negação do bioma – Cartas de luta*. Tese (grau de professor titular do IESA). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CHAVEIRO, E. F. (2020) A paixão do método. *Revista Mutirão*. 3(1): 05-23.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. (1992) *O que é a filosofia?* Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34.

FICHTE, J. G. (1991) *A doutrina da ciência*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.

FRANCO, E. F., CHAVEIRO, E. F., SILVA, W. F. (2020) Considerações sobre as relações coloniais e anticoloniais em Goiás: um caminho transdisciplinar e transmetódico. In: PEIXINHO, D. M., RODRIGUES, M. J., SILVA, W. F. (Org.). *Geo Travessias: primeiros escritos em teorias geográficas*, Kelps, Goiânia, p. 21-42.

GOMES, H. (1994) América: desenvolvimento ou exploração colonial e neocolonial? *Boletim Goiano de Geografia*. 14(1): 23-38.

GROSGOUEL, R. (2013) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*, Cortez, São Paulo, p. 378-412.

HAESBAERT, R. (2021) *Território e decolonialidade: sobre o giro (multi) territorial de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Universidade Federal Fluminense.

LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, M. (2014) Rumo a um feminismo Decolonial. *Revista Estudos Feministas*. 22 (3): 935-952.

MALDONADO-TORRES, N. (2013) A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*, Cortez, São Paulo, p. 327-367.

MENESES, M. P. (2013) Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimento no Moçambique contemporâneo. In: SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*, Cortez, São Paulo, p. 182-214.

MIGNOLO, W. D. (2007) *La Idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2009) Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e meio ambiente*. 20: 25-30.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*, Cortez, São Paulo, p. 68-107, 2013.

RODRIGUES, C. M. C. (2006) *Histórias sobre lugares, histórias fora de lugar? Os escritores e a literatura do sudoeste de Goiás*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Campinas, Campinas.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*, Cortez, São Paulo, p. 29-67, 2013a.

SANTOS, B. de S. Um ocidente não ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*, Cortez, São Paulo, p. 437-475, 2013b.

SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, M. (2014) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SCHOPENHAUER, A. (2005) *O mundo como Vontade e como representação*. Tomo I. Tradução Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP.

SOUZA, M. L. de. (2019) Decolonising postcolonial thinking: Ethnocentrism and sociocentrism as transideological and multiscalar phenomena. *ACME: an International Journal for Critical Geographies*. 18(1): 01-24.